

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Em seu caderno de provas, caso haja item(ns) que avalie(m) **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

PROVAS OBJETIVAS -- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Considerando a informação como um conceito que coexiste com a comunicação, conseguimos visualizá-la em dois sentidos. O primeiro, estritamente técnico ou tecnológico, diz respeito à informação como quantidade mensurável (dados); o segundo sentido é qualitativo e vinculado ao papel da informação como controle e redundância nos sistemas de comunicação. Aqui, a informação está relacionada à organização, na estrutura e na regulação dentro de sistemas; trata-se da informação como um meio de organizar e estabilizar sistemas, de maneira que a repetição (redundância) assegure a integridade da informação na comunicação.

Dito isto, vale destacar o que se tem consolidado ao longo das últimas décadas como tecnologias da informação e da comunicação, em que a captura, a “mineração” e o processamento de dados condensam os fluxos da experiência humana, transformados em capital informativo e vendidos diuturnamente nas e pelas estruturas tecnológicas plataformizadas que abduzem nossa atenção. Nesse percurso, comunicação e informação caminham juntas e compõem o sistema central das tecnologias que, a partir das plataformas, interagem com a humanidade e que são denominadas de “inteligência” artificial primitiva ou generativa. Para muitos, tais tecnologias situam-se em um estágio pós-humano ou anti-humano.

Ana Regina Rêgo. Comunicação em tempos de inteligência artificial: ampliação ou redução das desigualdades? In: INTERCOM — Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, n.º 48, 2025 (com adaptações).

A respeito dos sentidos e de aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue os itens a seguir.

- 1 No primeiro período do texto, a forma pronominal presente em “visualizá-la” retoma “a comunicação”.
- 2 A construção “o que se tem consolidado” (primeiro período do segundo parágrafo) poderia ser reescrita como **o que vem sendo consolidado**, sem prejuízo da correção gramatical e do sentido do texto.
- 3 No trecho “a captura, a ‘mineração’ e o processamento de dados” (primeiro período do segundo parágrafo), o emprego de aspas em ‘mineração’ cumpre o propósito de realçar uma oposição de sentido entre esse termo e o termo “captura”, que, assim como o primeiro, funciona como núcleo do sujeito.
- 4 No segundo período do segundo parágrafo, a oração “que são denominadas de ‘inteligência’ artificial primitiva ou generativa” refere-se ao termo “tecnologias”.
- 5 As vírgulas que isolam o trecho “a partir das plataformas” (segundo período do segundo parágrafo) poderiam ser substituídas por travessões, sem prejuízo da correção gramatical.
- 6 Da leitura do texto infere-se que a tecnologia, em seus matizes contemporâneos, tem agido para modificar a maneira como as pessoas lidam com a informação.

- 7 No segundo parágrafo do texto, a argumentação da autora segue no sentido de reconhecer os benefícios das tecnologias da informação e da comunicação para as experiências humanas.
- 8 De acordo com as regras ortográficas vigentes, os vocábulos “pós-humano” e “anti-humano” podem ser corretamente grafados como duas palavras — **pós humano** e **anti humano** —, dada a autonomia dos prefixos e do vocábulo “humano”.
- 9 O significado do vocábulo “diuturnamente” alude ao período diurno, logo se depreende da leitura do primeiro período do segundo parágrafo que a venda dos fluxos de experiência acontece especificamente de dia.

O *streaming* hoje não é apenas um canal de distribuição. Ele se tornou um modelo de consumo cultural, baseado na personalização, na conveniência e na acessibilidade.

Os algoritmos ajudam a moldar a experiência de cada usuário, enquanto o conteúdo pode ser acessado a qualquer hora e em qualquer dispositivo. Além disso, o *streaming* reduziu as barreiras entre criadores, marcas e audiência.

Com a explosão das plataformas sob demanda, a lógica da programação linear perdeu força. Hoje, a audiência se dispersa por uma infinidade de opções, e o grande público foi substituído por múltiplas comunidades de interesse.

Internet: <<https://midia.market>> (com adaptações).

Considerando a organização do texto precedente, seus sentidos e sua estrutura gramatical, julgue os itens que se seguem.

- 10 Depreende-se da argumentação geral do texto que o *streaming* representa uma modernização das relações de consumo de conteúdo audiovisual.
- 11 A expressão “por múltiplas comunidades de interesse” (último período do texto) funciona sintaticamente como adjunto adverbial de meio.
- 12 As relações sintáticas e o sentido do segundo período do primeiro parágrafo seriam preservados caso fosse introduzida a sequência **que** é imediatamente antes do termo “baseado”.
- 13 Os vocábulos “experiência”, “usuário”, “conteúdo” e “audiência” são acentuados de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.
- 14 No primeiro período do terceiro parágrafo, o segmento “Com a explosão das plataformas sob demanda” expressa uma consequência da perda de força da programação linear tradicional.
- 15 A expressão “Além disso” (segundo período do segundo parágrafo) constitui articulador discursivo de valor aditivo que estabelece, por meio de coesão, relação de sentido entre os períodos que compõem o parágrafo.

P: “Se eu falar palavras difíceis, corro o risco de não ser compreendido.”

Q: “Se eu falar palavras com duplo sentido, corro o risco de não ser compreendido.”

R: “Falo palavras difíceis, mas não com duplo sentido.”

Considerando as proposições *P*, *Q* e *R* precedentes, julgue os itens seguintes.

- 16 É válido o argumento que tem por premissas as proposições *P*, *Q* e *R* e por conclusão a proposição “Corro risco de não ser compreendido.”.
- 17 O número de linhas da tabela-verdade associada à proposição *R* é superior a 5.
- 18 A negação da proposição *R* pode ser expressa por “Falo palavras com duplo sentido, mas não palavras difíceis.”.
- 19 A proposição $P \wedge Q$ (lê-se *P* e *Q*) pode ser expressa por “Se eu falar palavras difíceis ou com duplo sentido, corro o risco de não ser compreendido.”.
- 20 A negação da proposição *P* pode ser expressa por “Se eu falar palavras fáceis, não corro o risco de ser compreendido.”.

Artificial intelligence (AI) is becoming a core pillar of economic competitiveness, national security, and daily life. That reality is prompting governments worldwide to rethink their reliance on foreign technology providers. “Sovereign AI” has emerged as the strategic framework for nations aiming to take greater control over their AI capabilities — and telecommunications companies are finding themselves at the center of this shift.

Sovereign AI, in this context, is essentially a nation’s ability to independently develop, host, and govern artificial intelligence systems using domestic infrastructure, workforce, and business ecosystems. Instead of depending on foreign technology providers or cloud platforms, countries pursuing sovereign AI seek to build end-to-end domestic capabilities. The concept covers both physical computing infrastructure and control over the full data lifecycle. That includes building foundational models trained on local datasets or adapting external data to reflect specific languages, dialects, and cultural contexts.

Multiple converging forces are pushing nations to prioritize sovereign AI capabilities. Data security concerns are near the top of the list. When AI systems, data storage, and computing infrastructure operate outside national borders, countries become exposed to foreign legal mandates and supply chain disruptions. For government decision-making and sensitive applications, that exposure creates unacceptable risk.

National security considerations add further urgency. AI’s expanding role in critical infrastructure, military systems, and defense operations makes governments especially focused on ensuring vital systems which are not dependent on potentially adversarial foreign technologies. Space-based intelligence and satellite systems reflect this broader sovereignty imperative.

Concerning the previous text, judge the following items.

- 21 It is possible to infer from the text that the implementation of sovereign AI strategies by most nations would potentially diminish the influence of a number of multinational IT (information technology) companies.
 - 22 It is correct to conclude from the non-technical vocabulary used in the text that its target audience is specifically formed by people who are not at all familiar with AI related concepts.
 - 23 According to the text, data security is the greatest concern of the nations that are interested in promoting their own AI sovereignty.
 - 24 The period mark that separates the first and the second sentences of the second paragraph could be correctly replaced with the words **and hence**, preceded by a comma: **countries pursuing sovereign AI seek to build end-to-end domestic capabilities, and hence the concept covers both physical computing infrastructure and control over the full data lifecycle.**
 - 25 It can be inferred from the text that seeking sovereign AI means, among other things, paying attention to features that are typical of human interactions and do not only concern technology.
 - 26 In the last sentence of the first paragraph, the words “themselves at” could be removed from the fragment without altering its overall meaning or affecting its coherence: **telecommunications companies are finding the center of this shift.**
 - 27 In the first sentence of the second paragraph, the use of the word “ecosystems” indicates the existence of multiple processes and activities linked to business in a nation’s domestic context.
 - 28 According to the text, commercial interests of telecommunication companies have forced nations to establish strategies generally known as sovereign AI.
- De acordo com as disposições da Lei n.º 9.472/1997 (Lei Geral das Telecomunicações) e do Estatuto Social da TELEBRAS, julgue os itens que se seguem.
- 29 A TELEBRAS pode explorar e operar satélites, desde que haja autorização específica do Congresso Nacional para o exercício dessas atividades.
 - 30 Entre os objetos sociais da TELEBRAS está a prestação de serviço de conexão à Internet em banda larga para usuários finais, desde que residam em localidades onde inexista oferta adequada desses serviços.
 - 31 A Lei n.º 9.472/1997 determinou a criação da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) como entidade integrante da administração pública direta cuja função é atuar como operadora estatal das telecomunicações no País.
 - 32 A TELEBRAS integrava a administração pública indireta, na forma de empresa estatal, antes do processo de desestatização previsto na Lei n.º 9.472/1997.

Com base no Decreto n.º 9.612/2018 e no Regimento Interno da TELEBRAS, julgue os itens a seguir.

- 33** Os coordenadores da TELEBRAS poderão instituir conselhos consultivos no âmbito da referida companhia com o propósito receber auxílio relativo às matérias técnicas que lhes forem atribuídas.
- 34** O uso de imóveis da administração pública federal direta que tenham sido cedidos com vistas a facilitar a implantação de infraestrutura de telecomunicações deve ser feito em regime de exclusividade pela TELEBRAS.
- 35** São de competência exclusiva da TELEBRAS o fomento e a implantação da infraestrutura, dos serviços, dos sistemas e das aplicações baseados em TIC, necessários para o acesso às redes de telecomunicações pela população residente em localidades remotas.
- 36** É vedada a participação dos auditores internos da TELEBRAS em atos de gestão externos à atividade da auditoria interna.

À luz do Decreto n.º 12.572/2025 (Política Nacional de Segurança da Informação) e do Regulamento Geral de Serviços de Telecomunicações (RGST), julgue os próximos itens.

- 37** Os equipamentos de telecomunicações, incluídos os sistemas radiantes, podem ter certificação expedida por qualquer empresa do ramo.
- 38** Compete ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal coordenar as ações do governo federal relativas à segurança da informação, definindo padrões mínimos a serem atendidos em âmbito nacional.
- 39** Constituem pressupostos essenciais à prestação de serviços de telecomunicações que façam uso de numeração pública a identificação do acesso individual ou coletivo de origem ou destino da chamada; a capacidade de rastrear a chamada; e a garantia de manutenção ou suspensão do sigilo.
- 40** De acordo com o Decreto n.º 12.572/2025, a segurança da informação abrange a segurança do pessoal envolvido no ciclo de vida da informação.

No que concerne a aspectos e conceitos relacionados à ética e ao *compliance*, julgue os itens a seguir.

- 41** *Compliance* é um conjunto de regras, princípios, controles e práticas desenvolvido para garantir que organizações estejam em conformidade com normas internas e externas.
- 42** A inclusão da moralidade entre os princípios da administração pública está relacionada à preocupação com a ética e com o combate à corrupção e à impunidade no setor público.
- 43** Sob a perspectiva jurídico-constitucional, a cidadania é o conjunto de saberes e experiências que permite aos cidadãos o exercício da função pública.
- 44** Uma vez que a ética tem um caráter normativo, prescrevendo as condutas que são consideradas socialmente aceitáveis, é correto concluir que problemas e preceitos éticos referem-se a ações de um indivíduo que podem ser malélicas ou benéficas para outrem.

De acordo com as previsões da Lei n.º 13.303/2016, da Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011) e da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n.º 13.709/2018), julgue os próximos itens.

- 45** É permitido à sociedade de economia mista realizar, em ano de eleição para cargos do ente federativo a que seja vinculada, despesas com publicidade e patrocínio, desde que não excedam a média dos gastos nos três últimos anos que antecederam o pleito ou no último ano imediatamente anterior à eleição.
- 46** Os direitos humanos, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais são fundamentos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- 47** Por ser uma sociedade de economia mista, a TELEBRAS não é obrigada a se subordinar ao regime legal previsto na Lei de Acesso à Informação.

Com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, no Código de Conduta e Integridade da TELEBRAS e na Lei de Improbidade Administrativa, julgue os itens seguintes.

- 48** Jamais retardar qualquer prestação de contas é dever fundamental do servidor público civil do Poder Executivo federal.
- 49** De acordo com o Código de Conduta e Integridade da TELEBRAS, em observância ao direito à liberdade religiosa, é permitida a participação em atividades religiosas durante o horário de trabalho, sem necessidade de autorização da TELEBRAS.
- 50** Configura ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito perceber vantagem econômica indireta para facilitar o fornecimento de serviço, por ente estatal, por preço inferior ao valor de mercado.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Julgue os itens seguintes, referentes à auditoria interna governamental.

- 51** Além da realização de avaliações objetivas para o fornecimento de garantia, os serviços de auditoria interna também incluem orientação aos *stakeholders* da organização.
- 52** Um dos elementos do programa de trabalho da auditoria interna é a descrição dos critérios de auditoria, definidos como as técnicas utilizadas pelo auditor para analisar, avaliar e documentar as informações durante a execução do trabalho.
- 53** A avaliação da eficácia dos sistemas de informação, que visa auxiliar o cumprimento dos objetivos da administração de uma organização, integra o conjunto de competências próprias da auditoria interna.
- 54** A prática de supervisionar a execução dos procedimentos de auditoria interna não se coaduna com as normas vigentes, pois reduz a independência do auditor, essencial para a imparcialidade na análise aos achados de auditoria.
- 55** Os testes de observância objetivam a obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas de informação da entidade.

Em certa organização, a equipe de auditoria interna encarregada de avaliar a conformidade do processo de manutenção de veículos adotado pela área de transportes da organização pretende tomar por base, entre outras referências e documentos, o mapa de processo elaborado anteriormente pela gestão. Uma das questões de auditoria formuladas pela referida equipe foi a seguinte: "O montante da despesa com aquisição de combustível permaneceu em conformidade com parâmetros razoáveis?".

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 56** Para responder à questão de auditoria em apreço, a equipe pode utilizar procedimentos analíticos para comparar a evolução da despesa referente à aquisição de combustível com a evolução da quilometragem rodada pelos veículos.
- 57** A questão de auditoria mencionada deve ser incluída no programa de trabalho de avaliação.
- 58** Para utilizar como base o mapa de processo existente, a equipe de auditoria deve, antes, testar os fluxos e verificar se o mapeamento realizado corresponde à realidade e se atende às necessidades do trabalho que será desenvolvido.

Com base nas normas aplicáveis à auditoria interna governamental, julgue os itens seguintes.

- 59** Em decorrência do princípio da independência organizacional, o executivo-chefe da auditoria deve se reportar diretamente ao dirigente máximo da entidade.
- 60** Entre os requisitos previstos para a elaboração de um plano de auditoria eficaz está o correto entendimento dos processos de governança, que incluem a forma como as informações de riscos e de controle são comunicadas na organização.
- 61** O fato de um auditor manter relacionamento que resulte em interesse pessoal concorrente, de modo a dificultar o cumprimento imparcial das funções da auditoria interna, caracteriza conflito de interesses, ainda que o referido auditor não pratique qualquer ato antiético ou impróprio.
- 62** Ao utilizar um método de amostragem não estatística, o auditor deve estar ciente que obterá evidência apropriada, mas não suficiente.
- 63** Ao executar serviços de consultoria, o auditor interno assume, juntamente com os responsáveis pela administração, a responsabilidade pelo alcance dos resultados da gestão.

- 64** Papéis de trabalho destinam-se a orientar os responsáveis pela gestão na correta execução dos processos sob sua responsabilidade, por isso devem ser bem construídos e organizados.
- 65** Na execução de testes de controle, caso o auditor não possa aplicar a um item, selecionado mediante amostragem, os procedimentos de auditoria definidos ou procedimentos alternativos, ele deve tratar esse item como uma distorção.
- 66** Mesmo após a aprovação do relatório de auditoria definitivo, os papéis de trabalho incluídos no arquivo final de auditoria não devem ser descartados antes do fim do seu período de guarda.
- 67** Ao usar técnicas de amostragem estatística em uma auditoria, o auditor deve fazê-lo de modo que cada unidade de amostragem da população tenha a mesma chance de ser selecionada.
- 68** Um dos propósitos da atividade de auditoria interna governamental é auxiliar a organização pública a melhorar a eficácia dos processos de governança.

Durante a execução de uma auditoria interna com o objetivo de obter e avaliar evidências a respeito da eficiência e eficácia da atividade de vendas em uma organização, a equipe de auditoria julgou necessário testar se os controles estavam funcionando da forma estabelecida.

Com base nessa situação hipotética, julgue os seguintes itens.

- 69** Na situação hipotética em questão, não é necessário que o registro da revisão dos papéis de trabalho, bem como a indicação de quem os revisou e de quando o fez, sejam incluídos em cada papel de trabalho individualmente.
- 70** A avaliação mencionada no caso em apreço é do tipo operacional.
- 71** Para testar o funcionamento dos controles, a equipe deve realizar testes substantivos.
- 72** Para verificar a adequação dos controles, a equipe de auditoria pode executar diversos procedimentos, entre os quais se incluem a verificação de documentos e a realização de entrevistas com pessoas internas e externas à entidade.

Julgue os itens seguintes, no que concerne aos controles internos na administração pública.

- 73** As atividades de controle, a avaliação de riscos e as atividades de monitoramento estão entre os componentes dos controles internos.
- 74** As limitações dos controles internos podem ser resultado de erros humanos, como julgamento falho e tendencioso, ou simples enganos.
- 75** Os objetivos dos controles internos limitam-se a duas categorias, quais sejam, a operacional, relacionada à eficácia das operações da organização, e a de conformidade, associada ao cumprimento de leis e regulamentações.
- 76** Os controles internos são acompanhados pela própria organização, mediante uma unidade que integra a sua estrutura administrativa, visando proporcionar segurança absoluta em relação à consecução dos objetivos finalísticos de cada unidade gestora.

No que diz respeito à relação entre os objetivos e os componentes dos controles internos nas organizações públicas, julgue os itens subsequentes.

- 77** Para alcançar um ambiente de controle, a administração deve estabelecer, com a supervisão da estrutura de governança, as estruturas, os níveis de subordinação e as autoridades e responsabilidades adequadas na busca dos objetivos organizacionais.
- 78** Os componentes dos controles internos são independentes entre si, o que pode gerar uma deficiência em relação à presença e ao funcionamento de um componente e impactar o atingimento dos objetivos especificados.

Julgue os itens que se seguem, acerca do ambiente de controle nas organizações públicas.

- 79** A manutenção de registros precisos e completos de todas as transações e atividades caracterizam a base da integridade e da ética da organização.
- 80** A análise da probabilidade e do impacto dos riscos identificados é atividade específica a ser trabalhada no componente ambiente de controle como um dos constituintes dos controles internos organizacionais.
- 81** Um ambiente de controle robusto deve dispor de um código de ética claro, divulgado a todos os colaboradores, fornecedores e clientes, bem como de um canal de denúncias anônimo e protegido para se reportarem violações.

No que se refere à avaliação de riscos nos controles internos das organizações públicas, julgue os itens a seguir.

- 82** A priorização dos riscos com base no apetite ao risco definido pela gestão e o desenvolvimento de respostas aos riscos identificados constituem boas práticas organizacionais.
- 83** A importância da avaliação de riscos reside no fato de que ela permite que a gestão antecipe e mitigue proativamente os obstáculos aos objetivos organizacionais, garantindo a sustentabilidade do negócio.
- 84** Os controles físicos sobre ativos e as revisões de desempenho operacional e financeiro são atividades primordiais do componente avaliação de riscos nos controles internos.

Julgue os próximos itens, em relação às atividades de controle nos controles internos das organizações públicas.

- 85** A seleção e o desenvolvimento das atividades específicas de controle sobre a tecnologia são suficientes para o alcance dos objetivos estratégicos da organização.
- 86** As atividades de controle, apesar de custosas, não estão suscetíveis a redundâncias, burocracia ou conluio.
- 87** A segregação de funções, as autorizações e aprovações com alçadas, bem como as reconciliações e verificações independentes, são exemplos típicos de ações de atividades de controle organizacionais.

Julgue os seguintes itens, referentes à informação e à comunicação nos controles internos das organizações públicas.

- 88** O acesso a informações externas relevantes e a aplicação consistente de medidas disciplinares são amostras clássicas de ações realizadas por meio do componente informação e comunicação nos controles internos.
- 89** A informação e a comunicação nos controles internos visam melhorar a tomada de decisão, aumentar a transparência e a responsabilidade e garantir que as deficiências sejam reportadas.

Julgue os próximos itens, relativos ao monitoramento dos controles internos das organizações públicas.

- 90** O monitoramento dos controles internos é considerado ineficaz quando a gestão não revisa, não identifica, não acompanha e não corrige deficiências de controle.
- 91** O monitoramento dos controles internos pode envolver altos custos, especialmente com auditorias externas frequentes, e grandes investimentos em tecnologia, dada a necessidade de avaliações contínuas.
- 92** As verificações práticas dos processos-chave para a confirmação da execução dos controles e a realização esporádica de auditorias internas são as práticas de monitoramento dos controles internos mais recomendáveis nas organizações públicas.

Em uma auditoria operacional, foi avaliado o custo mensal de operação (em R\$ mil) de um mesmo serviço crítico de telecomunicações em três unidades administrativas (A, B e C). Foram coletadas seis observações mensais por unidade, no mesmo período e com o mesmo critério de custeio. Para verificar se havia diferença entre os custos médios populacionais dessas unidades (μ_A , μ_B e μ_C), foi aplicada análise de variância (ANOVA) ao nível de significância de 5%, com a hipótese nula $H_0: \mu_A = \mu_B = \mu_C$. A tabela a seguir apresenta o resultado resumido.

fonte de variação	graus de liberdade	quadrado médio	razão F	p-valor aproximado
entre as unidades (tratamentos)	2	11,1	3	0,08
dentro das unidades (erro)	15	3,7		
total	17			

A partir das informações fornecidas pela situação hipotética precedente, julgue os itens a seguir.

- 93** A hipótese alternativa referente ao teste F da ANOVA é $H_1: \mu_A \neq \mu_B \neq \mu_C$.
- 94** A análise de variância em questão possui três fatores.
- 95** Nessa situação, não há evidências estatísticas que rejeitem a hipótese H_0 ao nível de significância de 5%.
- 96** O teste F para médias, apresentado na tabela da ANOVA, é do tipo unilateral.
- 97** No caso apresentado, a soma dos quadrados total é igual a 77,7.

Espaço livre

Uma auditoria de conformidade será realizada para avaliar o percentual de contratos que apresentam alguma inconformidade. A população de interesse é composta por 2.000 contratos ativos, classificados de acordo com a abrangência do fornecedor, conforme apresentado na tabela a seguir.

abrangência	quantidade de contratos
local	800
regional	700
nacional	500
total	2.000

O tamanho da amostra foi fixado em 200 contratos, sendo adotada uma amostragem aleatória sem reposição com os quantitativos a seguir.

abrangência	quantidade de contratos amostrados
local	80
regional	70
nacional	50
total	200

A partir das informações apresentadas na situação hipotética precedente, julgue os itens a seguir.

- 98** A probabilidade de seleção de um contrato de abrangência local, na situação hipotética apresentada, é superior à de um contrato de abrangência nacional.
- 99** O plano amostral apresentado é composto por três conglomerados.
- 100** A alocação amostral nesse caso é proporcional ao tamanho dos estratos.
- 101** Nesse plano amostral, a unidade amostral corresponde a cada tipo de abrangência do fornecedor (local, regional ou nacional).
- 102** A fração amostral global é igual a 0,1 nessa situação.

Com base nas disposições da Instrução Normativa SFC/CGU n.º 5/2021, julgue os seguintes itens, relativos à auditoria interna governamental.

- 103** As informações sobre a execução do plano anual de auditoria interna e a análise dos resultados decorrentes dos trabalhos de auditoria devem ser apresentadas a cada semestre no relatório das atividades de auditoria, devendo o plano ser adaptado após a avaliação do primeiro semestre.
- 104** O plano anual de auditoria interna deve ser elaborado com a finalidade de definir os trabalhos prioritários a serem realizados no período objeto do plano, devendo considerar, entre outros aspectos, os riscos significativos a que a unidade auditada está exposta e os seus processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos.
- 105** O parecer da auditoria interna deve expressar opinião geral, com base nos trabalhos de auditorias individuais previstos e executados no âmbito do plano anual de auditoria interna, sobre a adequação dos processos de governança, gestão de riscos e controles internos instituídos pela entidade para fornecer segurança razoável quanto ao processo de elaboração das informações contábeis e financeiras.

De acordo com a Instrução Normativa SFC/CGU n.º 8/2017, que aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental, julgue os itens a seguir.

- 106** Parte das atividades de auditoria interna, a avaliação é composta basicamente das etapas de planejamento, execução, comunicação dos resultados e monitoramento, que devem ser observadas de forma sequencial, não havendo possibilidade de alteração do planejamento após o início da execução.
- 107** A unidade de auditoria interna governamental deve formalmente instituir e manter um programa de gestão e melhoria da qualidade (PGMQ) com o objetivo de promover a avaliação e a melhoria contínua dos processos de trabalho, dos produtos emitidos, da eficácia e da eficiência da atividade de auditoria interna governamental.
- 108** A independência e a objetividade são dois pressupostos fundamentais para o exercício da auditoria interna, tanto na condução dos trabalhos quanto na emissão de opinião pela unidade de auditoria interna governamental (UAIG).
- 109** Em razão da independência da atividade de auditoria interna governamental, é vedado aos auditores internos realizar atividade de consultoria, assessoramento, aconselhamento e outros serviços relacionados, ainda que fornecidos à alta administração com a finalidade de respaldar as operações de determinada unidade.

Julgue os itens subsequentes, de acordo com as previsões da Instrução Normativa SFC/CGU n.º 3/2017, que aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal.

- 110** O responsável pela unidade de auditoria interna governamental tem a responsabilidade geral pela supervisão dos trabalhos, sendo vedada sua delegação.
- 111** O plano de auditoria interna dos órgãos setoriais e das unidades do sistema de controle interno (SCI) e suas eventuais alterações devem ser encaminhados anualmente ao órgão central do SCI ou à secretaria de controle interno (CISSET), conforme o caso, para exercício da supervisão técnica.
- 112** O processo de gerenciamento dos riscos, de responsabilidade da unidade de auditoria interna governamental, deve alcançar toda a organização, contemplando a identificação, a análise, a avaliação, o tratamento, o monitoramento e a comunicação dos riscos a que a unidade auditada esteja exposta.
- 113** A ausência de manifestação tempestiva da CGU e das secretarias de controle interno (CISSET) acerca das propostas de planos de auditoria interna recebidas não impede a adoção, pelas auditorias internas singulares e pelas unidades setoriais, das providências necessárias à aprovação interna do planejamento.

Julgue os próximos itens, à luz das disposições da Portaria SFC/CGU n.º 1.037/2019.

- 114** A matriz de achados consiste em documento auxiliar para a estruturação dos achados, o exercício da supervisão e o planejamento da redação do relatório.
- 115** O detalhamento da metodologia é seção obrigatória do relatório de auditoria, a fim de possibilitar correta manifestação da unidade auditada.
- 116** As recomendações consistem em ações que a CGU indica às unidades auditadas para a correção de desconformidades, tratamento de riscos e aperfeiçoamento de processos de trabalho e controles, devendo ser elaborada uma recomendação para cada achado da auditoria.

Com base nas previsões do Decreto n.º 9.203/2017, julgue os itens seguintes.

- 117** A participação no Comitê Interministerial de Governança ou nos grupos de trabalho por ele constituídos é considerada prestação de serviço público relevante, e sua remuneração não poderá ser superior a 10% do maior subsídio previsto no Poder Executivo federal.
- 118** Entre os mecanismos para o exercício da governança pública está a estratégia, que compreende processos estruturados para mitigar os possíveis riscos com vistas ao alcance dos objetivos institucionais e à garantia da execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das atividades da organização, com preservação da legalidade e da economicidade no dispêndio de recursos públicos.
- 119** Assessorar o presidente da República na condução da política de governança da administração pública federal é a finalidade do Comitê Interministerial de Governança (CIG), cujos membros titulares são ministros de Estado.
- 120** O coordenador do Comitê Interministerial de Governança, além do voto ordinário, tem direito a voto de qualidade, no caso de empate.
-

Espaço livre
